



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2002.04.01.043146-6/PR**

**RELATOR : DES. FEDERAL VILSON DARÓS**  
**AGRAVANTE : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**  
**ADVOGADO : Dolizete Fátima Michelin**  
**AGRAVADO : GILMAR PAIVA LIMA e outros**  
**ADVOGADO : Lineu Edison Tomass e outro**

**RELATÓRIO**

**O Desembargador Federal Vilson Darós:**

Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão do MM. Juízo *a quo* que em execução de sentença, em fase de atualização do precatório, fixou os honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução.

A União-agravante pleiteou a concessão do efeito suspensivo, o que restou deferido, para determinar que não seja incluído, no cálculo de atualização do remanescente, o percentual de 10% (dez por cento) do valor da execução a título de honorários de advogado.

Instada a se manifestar, a parte agravada apresentou contra-minuta e agravo regimental, retornando os autos para julgamento.

**É o relatório.**

**Des. Federal VILSON DARÓS**  
**Relator**





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2002.04.01.043146-6/PR**

**RELATOR : DES. FEDERAL VILSON DARÓS**  
**AGRAVANTE : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**  
**ADVOGADO : Dolizete Fátima Michelin**  
**AGRAVADO : GILMAR PAIVA LIMA e outros**  
**ADVOGADO : Lineu Edison Tomass e outro**

**VOTO**

**O Desembargador Federal Vilson Darós:**

Em que pese minha posição de que somente cabe fixação de honorários em execução por título judicial quando forem opostos embargos, tenho que, aqui, há situação especial, ou seja, o título executivo judicial decorre de decisão proferida em ação civil pública. Nessas condições, parece-me indubitável a fixação de honorários, mesmo que provisórios.

Se a sentença exequenda teve um provimento coletivo, a execução, no entanto, é individual, e o exequente não é a associação de defesa do consumidor, mas os contribuintes que arcaram com o empréstimo compulsório, cujo direito a repetição foi reconhecido naquela ação.

Assim, a verba honorária é devida em razão da necessidade do contribuinte ingressar em juízo, através de procurador legalmente constituído, para o fim de executar o julgado. Consequentemente, terá despesas com honorários advocatícios, não havendo sentido que a devedora-executada, que sucumbiu naquele feito, não arque com estas.

Ademais, a execução é feito autônomo, não atrelado à relação processual que culminou com a decisão exequenda, uma vez que, embora o título judicial seja o mesmo, as pessoas que promovem a execução são diversas daquelas que ajuizaram a ação originária. Ainda, cada execução, em razão das partes serem diferentes, tem quantificação diversa, necessitando o ajuizamento de feito individual, para apuração do montante a ser restituído.

A eminente Juíza Virgínia Scheibe, ao analisar feito semelhante, assim referiu:

*“... tendo em conta a jurisprudência atualizada do egrégio STJ (v. g. Resp nº 140.403-RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 5/4/99), e considerando as peculiaridades do caso em concreto, em que se trata de ação civil pública versando sobre direitos individuais homogêneos, sendo impossível a execução individualizada nos próprios autos onde transcorreu o processo de*





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*conhecimento, tornando necessário o ajuizamento de ações individuais para apuração do quantum debeatur devido a cada um dos segurados, tenho que justificada a fixação de verba honorária, tendo em vista a diversidade instrumental de cada ação.”*

Tal decisão restou assim ementada:

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXECUÇÃO.*

*1. Ainda que coletivo o provimento na Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público, a execução é individualizada e, face à necessidade do segurado constituir advogado para a causa, justificada a fixação de honorários advocatícios em execução de sentença, processo em que, ademais, entende a Superior Instância ser sempre devida a rubrica.*

*2. Tendo o INSS fornecido elementos de cálculo, razoável a fixação dos honorários em 5% sobre o débito.*

*AI nº 2000.04.01.033617-5/PR – Relator Juíza Virgínia Scheibe. v.u. DJ 11.10.2000”*

Além disso, entendo não haver preclusão, uma vez que, enquanto perdurar a execução de sentença, é possível à parte pleitear a verba honorária.

Merece, portanto, ser mantida a decisão fixou honorários de advogado.

Ao decidir o feito nesse sentido, ressalto não haver violação ao art. 1º-D da Lei nº 9.494/1997, com a redação dada pela MP nº 2.180/2001 e aos arts. 183 e 264, § único, c/c o art. 598, todos do Código de Processo Civil.

Isso posto, **nego provimento ao agravo de instrumento e julgo prejudicado o agravo regimental**, nos termos da fundamentação.

**É o voto.**

**Des. Federal VILSON DARÓS**  
**Relator**





Poder Judiciário  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2002.04.01.043146-6/PR

RELATOR : DES. FEDERAL VILSON DARÓS  
AGRAVANTE : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)  
ADVOGADO : Dolizete Fátima Michelin  
AGRAVADO : GILMAR PAIVA LIMA e outros  
ADVOGADO : Lineu Edison Tomass e outro

EMENTA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.  
HONORÁRIOS DO EXEQÜENTE.

É cabível a fixação de verba honorária em favor do exeqüente, em execução de sentença prolatada em ação civil pública, uma vez que, embora o provimento seja coletivo, a execução é individualizada, necessitando da apuração específica do *quantum debeatur*, tendo o exeqüente, para tanto, que constituir legalmente procurador para ingresso em juízo, o qual demanda despesas que deverão ser suportadas pela executada.

Honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por maioria, **negar provimento ao agravo de instrumento e julgar prejudicado o agravo regimental**, nos termos do relatório, voto e nota taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 03 de dezembro de 2002.

Des. Federal VILSON DARÓS  
Relator

